

TRAJETÓRIAS DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: movimentos sociais da juventude no Brasil¹

TRAJECTORIES OF PARTICIPATION AND CITIZENSHIP: youth social movements in Brazil

Luana Bulcão²

Raquel Paiva³

Paulo Cesar Castro⁴

Resumo: *Este texto pretende realizar uma sistematização inicial na proposição da pesquisa que envolve vinte países e que será realizada durante 60 meses. Trata-se do Projeto REACT (Reimagining Activism, Communication and Trajectories in the Global South) - cujo objeto principal é o ativismo da juventude. A partir desse pressuposto, o texto pretende abordar o papel da juventude nas mudanças político-sociais e nas mobilizações políticas e movimentos sociais. As reflexões introdutórias partem de dados na tentativa de definir quem são os jovens brasileiros e também estabelece reflexões teórico-epistemológicas sobre transformações históricas nos movimentos sociais e sobre o conceito de cidadania, refletindo sobre o engajamento político da juventude na contemporaneidade.*

Palavras-Chave: Juventude. Movimentos sociais. Cidadania.

Abstract: *This text presents an initial systematization of a research project involving twenty countries, to be carried out over a period of 60 months. It refers to the REACT Project (Reimagining Activism, Communication and Trajectories in the Global South), whose main focus is youth activism. Based on this initial premise, the text aims to address the role of youth in political and social changes, as well as in political mobilizations and social movements. The introductory reflections draw on data in an attempt to define who young Brazilians are, and also establish theoretical-epistemological reflections on historical transformations in social movements and on the concept of citizenship, reflecting on youth political engagement in contemporary times.*

Keywords: Youth. Social movement. Citizenship.

1. Introdução

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Luana Bulcão: Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM) da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), doutora, luanabulcao@hotmail.com

³ Raquel Paiva: Professora Emérita da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), doutora, raquel.paiva@eco.ufrj.br

⁴ Paulo Cesar Castro: Professor Associado da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), doutor, paulo.castro@eco.ufrj.br

O presente artigo integra o Projeto REACT (*Reimaging Activism, Communication and Trajectories of Participation in the Global South*), coordenado pelo pesquisador da Universidade de Loughborough Thomas Tufte, com financiamento da União Europeia, e se propõe pesquisar formas de ativismo cotidiano da juventude em vinte países do Sul Global. O projeto prevê a realização de metodologias combinadas - como entrevista em profundidade, grupo focal, oficinas criativas - divididas entre os estudos em profundidade que irão incluir cinco cidades (Hyderabad, Índia; Cape Town, África do Sul; Rio de Janeiro, Brasil; Bogotá, Colômbia; e Guadalajara, México) e a pesquisa *survey*, a ser aplicada em vinte cidades no Sul Global⁵. A pesquisa, com duração de 60 meses, é motivada pelo cenário econômico, social e político de exclusão socioeconômica que afeta primordialmente os jovens do Sul Global. O propósito principal é entender como a juventude molda sua trajetória e promove mudanças sociais por meio de práticas diversas, frequentemente fragmentadas e até incomuns de ativismo cotidiano.

Importante referenciar que com relação à juventude brasileira, constata-se que há uma redução da participação dos jovens na pirâmide etária do país desde 1980. Em outras palavras, o Brasil vem se tornando, pouco a pouco, uma nação cada vez mais velha. Por outro lado, tratando-se do acesso e permanência a empregos ou estudos, destacam-se números alarmantes daqueles ditos “nem-nem” (nem estudam, nem trabalham ou se qualificam). Os números apresentados também evidenciam a discrepância estrutural da sociedade brasileira quando o assunto é raça/cor, sendo a juventude negra (pretos e pardos) a que sofre mais com trabalhos precarizados, é maior vítima de morte por causa externa, tem maior taxa de abandono escolar, entre outras.

No quesito de mobilização e participação política, os jovens estão cada vez menos comprometidos politicamente, optando por engajamentos que não exijam muito esforço no envolvimento coletivo - como participação nas eleições nacionais e assinar petições. Para além disso, a descrença em partidos políticos e no Congresso Nacional é uma constante, ao mesmo tempo, que a confiança em instituições como a igreja e organizações religiosas mostrou-se maior do que em outras instituições de política formal. Isso pode ser

⁵ As cidades onde a pesquisa *survey* será aplicada são: Cape Town, África do Sul; Nairobi, Quênia; Lagos, Nigéria; Yaoundé, Camarões; Maputo, Moçambique; Harare, Zimbabué; Rio de Janeiro, Brasil; Guadalajara, México; Bogotá, Colômbia; Santiago, Chile; Lima, Peru; Manágua, Nicarágua; Cairo, Egito; Tunis, Tunísia; Hyderabad, Índia; Chiang Mai, Tailândia; Taipei, Taiwan; Seoul, Coreia do Sul; Dhaka, Bangladesh; e Jacarta, Indonésia.

compreendido a partir da forma de atuação política da juventude na contemporaneidade, onde a desconfiança pelas estruturas oficiais e um sentimento de descontentamento com a política partidária levaram a uma mobilização social mais voltada a coletivos apartidários e sem uma hierarquia visível. Em contraponto às formas de movimentação social dos anos 1960 a 1990, quando prevalecia um forte engajamento aos partidos políticos e organizações estudantis.

Nesse sentido, pensar a evolução da cidadania é fundamental para entender as transformações políticas nas formas de mobilização social da juventude. Para isso, é preciso compreender as mudanças teóricas que sofreram o conceito de cidadania. Dos direitos sociais garantidos pelo Estado de Bem Estar Social, onde a oposição estaria em uma cidadania liberal, para uma cidadania ativa, política e afetiva. Atualmente, autores como Sodré e Paiva (2019), reivindicam uma revisão do conceito com propósito de resgatar a relação etimológica entre cidadania e cidade, revendo o direito a uma mobilidade ativa e inclusiva, pensada dentro de uma cidade humana e ética.

Esse trabalho se propõe a discutir a história do ativismo da juventude no Brasil e sua conexão com o exercício da cidadania. O texto possui três partes: a primeira explora os dados sobre a juventude no Brasil; a segunda, uma discussão teórica e histórica das transformações nos movimentos sociais da juventude; e a terceira pretende associar a práxis política dos movimentos sociais a uma revisão política dos conceitos de cidadania.

2. Juventude em foco: quem são e como se vêem os jovens brasileiros

No último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o Brasil registrou 45,3 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Apesar de ainda bastante expressivo, o número indica uma redução da participação dos jovens na pirâmide etária do país – de 29%, em 1980, para 22,3% em 2022 – em contraponto ao crescente envelhecimento da população. Mesmo assim, continua representando um enorme desafio para diferentes atores governamentais e não governamentais que se proponham a atuar em prol da realização plena do potencial individual e coletivo com o qual os jovens podem contribuir para o progresso econômico e desenvolvimento social nacional.

Não são poucas as dificuldades que este segmento estratégico da população enfrenta para desenvolver sua autonomia. No ano de 2022, ainda sob forte abalo das consequências da pandemia de Covid-19, um a cada cinco jovens de 15 a 29 anos, somando 10,9 milhões de pessoas, não estudava e nem estava trabalhando. Nesta fatia, 61,2% eram pobres e 14,8%, extremamente pobres, com renda domiciliar per capita por dia, respectivamente, inferior a US\$ 6,85 e abaixo de US\$ 2,15.

Quando considerados recortes de gênero e raça, os números deixam evidentes as diferenças que historicamente marcam a desigualdade estrutural da sociedade brasileira. Enquanto as mulheres brancas eram 20,1% dos quase 11 milhões de jovens enquadrados como “nem-nem” (nem trabalham e nem estudam ou se qualificam), o registro das mulheres negras (pretas ou pardas) era mais do que o dobro (43,3%). Já entre os homens, os percentuais eram bem menores que os das mulheres, mesmo assim com os negros em pior situação (24,3%) do que os brancos (11,4%), de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (Britto, 2023).

“Nem-nem” advém do termo espanhol “ni ni” (*ni estudan ni trabajan*), que, por sua vez, é a derivação do inglês “NEET” (*neither in employment nor in education or training*). A expressão resume as preocupações de países como Inglaterra e Japão com os jovens que não estudavam, nem trabalhavam e nem procuravam emprego em meados dos anos 1990 (Silva Junior; Mayorga, 2023). O período, no Brasil, compreende o momento de adoção de políticas neoliberais pelo governo Collor de Mello, iniciado em 1990 com promessas de modernização da economia e redução do papel do Estado, em consonância com o modelo implementado no Reino Unido (1979) e nos Estados Unidos (1981) em substituição ao *Welfare State*.

As consequências dessa nova realidade política e econômica foram a flexibilização, a terceirização e a precarização do trabalho, com efeitos negativos ainda mais amplos para os jovens. Expressões mais recentes dessa reconfiguração do mundo do trabalho, as plataformas digitais tinham como seus empregados (1,7 milhão de pessoas), no 3º trimestre de 2024, a maioria (47,3%) com idade entre 25 e 39 anos, enquanto o grupo de 18 a 24 anos representava 10,9% (IBGE, 2025a).

O comprometimento com o futuro da juventude passa pelo investimento na educação, mantra que ecoa por diferentes setores da sociedade. Objetivos, metas e estratégias são estabelecidas, mas ficam, muitas vezes, apenas no papel. Se a taxa de escolarização dos

jovens de 15 a 17 anos, de 93,4% em 2024, pode animar, dada a curva ascendente desde 2016, ela ainda está abaixo da universalização definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A taxa líquida de escolarização⁶ para o mesmo segmento, cuja previsão era de 85% dos alunos no ensino médio até 2024 – pela Meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE)⁷ –, neste mesmo ano chegou a apenas 76,7%. Entre os jovens negros, a distância é ainda maior (73,6%), uma diferença de 8,2 pontos percentuais a menos em relação aos brancos (IBGE, 2025b).

Para a faixa etária da qual idealmente se espera que esteja no ensino superior (18 a 24 anos), em 2024 foi registrada uma taxa líquida de escolarização de 27,1%, abaixo dos 33% esperados com a Meta 12 do PNE. Apenas entre os jovens brancos (37,4%), a meta foi superada, ficando os negros (20,6%) abaixo da taxa geral. Em 2024, 24,2 milhões de pessoas com até o nível superior incompleto, entre 15 e 29 anos, não frequentavam escola, cursos de formação profissional ou pré-vestibular. Deste universo, duas a cada três pesquisadas eram pessoas negras (66,7%).

Outro dado ainda mais grave a comprometer o futuro da juventude no Brasil diz respeito ao abandono escolar. Quase 9 milhões de jovens com idade entre 14 e 29 anos e nível de instrução inferior ao ensino médio não frequentava a escola em 2024 – sendo 5,1 milhões (59,1%) do sexo masculino e 6,3 milhões (72,5%) da cor/raça negra –, parte porque abandonou a escola antes do final dos três anos desse nível de formação, outra porque nunca a frequentou. Preocupante ainda é observar como, à medida que avança a idade dos jovens, maior é o percentual de abandono, quase duas vezes maior na passagem para o ensino médio – de 6,8% para 12,6%.

Se o abandono escolar pelos jovens em 2024 foi motivado, principalmente, pela necessidade de trabalhar (42%), tendência que tem aumentado desde 2019⁸ (40,1%), chama muita atenção que 25,1% deixaram a escola porque não tinham interesse em estudar e que 9,5% tenham feito por conta de gravidez. Entretanto, o peso deste último motivo recaiu todo

⁶ “A taxa de escolarização líquida identifica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino regular teoricamente adequado a essa faixa etária.” Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/dicionario_de_indicadores_educacionais_formulas_de_calculo.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.

⁷ Por não ter sido apresentado ao Congresso Nacional um novo PNE até junho de 2023, o atual foi prorrogado até 31/12/2025. A nova proposta do Poder Executivo (PL 2614/2024), para o período 2024-2034, foi aprovada pela Câmara dos Deputados em dezembro de 2025 e, atualmente, está sob análise do Senado. A nova vigência, de 10 anos, vai valer após a publicação da lei.

⁸ Não há dados sobre o tema para os anos de 2020 e 2021.

sobre as mulheres (23,4% x 0% para os homens). Elas também abandonaram os estudos porque tiveram que realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas (9%).

Essa resumida apresentação dos dados propicia uma demonstração de como a juventude brasileira requer ainda mais atenção na área da educação, considerando ser esta uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento de habilidades e competências capazes de permitir uma transição com segurança para a vida adulta. Em 2023, a organização Campanha Nacional pelo Direito à Educação apresentou estudo no qual defendeu que 90% das 20 metas do PNE não seriam cumpridas no prazo (2024) e que 13, inclusive, encontravam-se em retrocesso. Para alertar para o impacto desse descompasso que afeta especialmente as populações negras e pobres, a instituição destacou em seu relatório:

O PNE não está sendo cumprido. No lugar dele, são colocadas uma série de políticas públicas que vão na contramão do que ele preconiza: políticas discriminatórias, excludentes, de censura, e de esvaziamento da escola como lugar vivo, democrático, transformador e livre. Assim, o descumprimento do Plano Nacional de Educação está no centro da barbárie que toma a educação nacional. (Campanha..., 2023, p. 2).

Se a educação tem sido fonte de preocupações, outros alertas devem ser gerados quando considerados os impactos das violências e dos acidentes sobre os jovens. O estudo da Fundação Oswaldo Fiocruz (Fiocruz) intitulado Informe 1: Violências e Acidentes (Leandro *et al.*, 2025), parte do “Ciclo de informes sobre a situação de saúde da juventude brasileira”, ajuda a dar uma dimensão do problema. Se em 2022 e 2023, 10% das mortes no Brasil foram por causas externa⁹, entre os jovens esse índice assumiu proporções inquietantes, com percentual mais de seis vezes superior (65%), sendo quase a metade (48,1%) resultado de agressão, principalmente, no caso dos homens, por armas de fogo e perfurocortantes (Leandro *et al.*, 2025). Embora em queda desde 2017, os homicídios resultaram em uma média de 60 jovens de 15 a 29 anos mortos por dia em 2023, ou 47,8% dos assassinatos totais do país (Cerqueira; Bueno, 2025).

Quando consideradas as mortes a cada 100 mil habitantes, os jovens de 20 a 24 anos foram responsáveis pela taxa de 185,5, acima em 45,7% sobre o índice da população geral (149,7/100 mil hab.). Assim como na educação, as mortes por causas externas também

⁹ Causa externa é a denominação dada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) às violências, tratadas como intencionais (homicídios e tentativas de homicídios, suicídios, agressões sexuais, domésticas etc.), e aos acidentes, tidos como não intencionais (acidentes de transportes, acidentes de trabalho, quedas, queimaduras, afogamentos, envenenamentos etc.).

explicitam a relação entre a cor/raça e diferentes fenômenos sociais no Brasil. No conjunto total de jovens de 15 a 29 anos, 73% das mortes foram de negros. E no recorte por sexo, morreram muito mais homens do que mulheres – aliás, oito vezes mais (88,9% x 11,1%). Se a cada 100 mil habitantes, morreram 41,4 mulheres, os homens atingiram a estratosférica taxa de 328,8 mortes/100 mil hab. (694,2% maior) (Leandro *et al.*, 2025).

A dimensão epidêmica das mortes por causas externas de jovens, principalmente dos estratos privados dos direitos previstos no Estatuto do Adolescente, atinge, de forma precoce, a oportunidade de experimentarem outras fases da vida e de contribuírem para a melhores condições de vidas, dos familiares e das comunidades. São muitas mortes prematuras, que representam Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP)¹⁰, capazes de impactar negativamente o crescimento econômico e reduzir a participação dos jovens no mercado de trabalho.

Frente às dificuldades que restringem o acesso à educação, ao trabalho e aos riscos de morte física, embaçando a percepção de seus futuros como cidadãos e cidadãs é importante o questionamento sobre como os próprios jovens avaliam o contexto sociopolítico do Brasil e suas respectivas atuações políticas? Uma pesquisa realizada pela Fundação Santa Maria (SM), sob a coordenação do Observatório da Juventude na Ibero-América (OJI) e realizada por três universidades públicas do Rio de Janeiro, buscou captar esses sentimentos a partir de entrevistas pessoais com jovens de 15 a 29 anos em 2019, no contexto de um estudo mais amplo em outros sete países da América Latina e na Espanha (Silva *et al.*, 2021).

O relatório com os resultados da Pesquisa Juventudes no Brasil 2021 destaca o despreço dos jovens pelas instituições políticas clássicas, com menos confiança (soma de “pouca confiança” e “nenhuma confiança”) nos partidos políticos (82%), no Congresso Nacional (80%) e no governo (79%), a ponto de gerar frustração e desilusão com a democracia. Uma primeira explicação para essa postura pode ser a descrença de quase dois terços (62%) na afirmação de que “os políticos levam em consideração as ideias dos jovens”. Ou ainda nos 42% dos que concordam com a frase “A política tem pouco a ver comigo”, que sobe para 54% entre os jovens com nível socioeconômico categorizado como pobreza.

Ainda que nenhuma instituição tenha alcançado “muita confiança” acima de 40%, destacaram-se Igrejas e organizações religiosas (36%), Forças Armadas (32%), Sistemas de

¹⁰ Medida utilizada para avaliar o impacto das mortes prematuras na população, que considera a quantidade de anos de vida perdidos devido às mortes, comparando-a com uma expectativa de vida de 70 anos (Romedor; McWhinnie, 1989 *apud* Cerqueira; Bueno, 2025, p. 29)

educação (28%) e Polícia (20%). Quando é levada em conta a idade dos jovens entrevistados, observa-se que, quanto mais anos de vida eles vão ganhando, mais desconfiados se tornam em relação aos partidos políticos e ao Congresso Nacional. Se os de 15 aos 17 anos responderam 36% e 35% de “nenhuma confiança”, respectivamente, para a primeira e para a segunda instituição, os de 25 a 29 anos manifestaram a mesma desconfiança com 58% e 48% (Silva *et al.*, 2021).

Quando o questionamento foi sobre suas próprias participações políticas, os jovens se mostraram pouco afeitos a ações que exigiam mais dedicação e iniciativa. Apenas um quarto dos entrevistados (24%) se dispôs a participar de protestos ou manifestações e menos ainda de um centro estudantil (21%). Reforçando a baixa confiança na política formal, apenas 9% disseram se interessar em ter contato com um político e somente 19% apoiariam e difundiriam campanhas políticas. As adesões mais altas foram relacionadas a ações com maior ou menor nível de obrigatoriedade – como votar durante as eleições gerais (61%) ou na própria instituição de ensino onde estuda (55%) – e aquelas com menor grau de exigência de participação coletiva – como seguir informação política (46%) e assinar petições (46%). Não à toa, conversar sobre temas políticos e participar de debates tiveram resposta “sim” abaixo dos 30%, respectivamente, 28% e 18%. Mesmo assim, é alta a concordância dos jovens com a ideia de que podem contribuir participando na política (60%) e com a necessidade de que em uma sociedade democrática exista debate (81%).

O século XX foi marcado pelo “reconhecimento mundial da juventude como um novo ator no cenário social e político”, “à medida que a cidade [industrial] se afirma como o lugar por excelência da transformação nos modos de vida, da mudança cultural e da inovação tecnológica” (Abramo, 2014, p. 93-4, destaque nosso). Primeiro, foi tomada como risco social, estigmatizada pela associação com acidentes, comportamentos desviantes e violência; depois, a partir da década de 1960, como contestadora das práticas políticas e dos comportamentos em voga. Independentemente da forma como foram lidos, os jovens passaram, nas últimas décadas do século passado, a entrar nas pautas de organizações internacionais e nacionais. A ONU, por exemplo, proclamou 1985 como o primeiro Ano Internacional da Juventude, e em 1999, instituiu 12 de agosto como Dia Internacional da Juventude, para destacar a importância dos jovens no desenvolvimento global.

O século XXI continua a dispensar um olhar atento aos jovens, inclusive o Brasil. Em 2003, a Câmara dos Deputados criou uma Comissão Especial de Políticas Públicas para a

Juventude. Em 2005, no governo do presidente Lula, foram criadas a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Após várias outras iniciativas no decorrer das décadas seguintes, a presidenta Dilma Rousseff promulgou o Estatuto da Juventude em agosto de 2013, pouco menos de dois meses depois das Jornadas de 2013, quando os jovens tomaram as ruas do Brasil. Pelo percurso percorrido, mesmo sem abordar todos os temas que afetam os jovens, é possível admitir que essas ações precisam caminhar *pari passu* com políticas públicas - concebidas, discutidas e executadas pelos diferentes níveis governamentais - capazes de cumprir efetivamente o que preconizam os princípios do Estatuto da Juventude (art. 2º).

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações. (Brasil, 2013)

3. Transformações nos movimentos sociais da juventude

João Paulo Malerba (2016) – na tese intitulada *Rádios comunitárias no limite: crise na política e disputa pelo comum na era da convergência midiática* – empreende uma investigação da ontologia do sujeito político-comunicacional e seus modos de ação política a partir de três tipos representativos: o ser socialista, o ser anarquista e o ser multidão. O autor destaca que esses tipos podem coexistir, dialogar e se retroalimentar no momento histórico atual.

O *ser socialista* baseia-se numa estrutura de ação política vertical que se ancora em um movimento político unificado, organizado e hierárquico. Seu campo de ação é o espaço institucionalizado realizado por meio de um pensamento unificado e uma ação com representatividade. Apoiado nas reflexões de Antonio Gramsci, Malerba (2016) explicita que

a visão de poder do *ser socialista* está relacionada à cultura e sua apreensão ocorre por meio de um processo catártico, um processo coletivo no qual há a passagem do momento egoístico-passional para o ético-político. O partido, para Gramsci tem um papel mediador e é por meio dele que a reforma intelectual e moral – com caráter revolucionário crítico-pedagógico – deve ser conduzida de baixo para cima.

O segundo tipo, o *ser anarquista*, ao contrário do primeiro, tem sua ação política apoiada numa forma horizontal, que antagoniza qualquer tipo de hierarquia, soberania ou governo e que se realiza pela ação direta. Por se opor às formas de organização da sociedade, tendem a valorização de formas comunitárias, utilizando como ferramenta a autogestão. Costumam agir de modo mais responsivo do que propositivo, sendo o consenso um fator fundamental para a tomada de decisões. A atual crise no sistema político de representatividade tem contribuído para o fortalecimento do pensamento anarquista como uma possível via para o partido político.

Para conceituar o *ser multidão*, Malerba (2016) respalda-se nas considerações de Hardt e Negri sobre o *império* e a *multidão*, o primeiro termo representado pela nova fase do atual capitalismo, o capitalismo cognitivo, simbolizado pela financeirização, circulação e inovação; o segundo, a nova classe imersa na era em que a mídia se alastra para todas as formas de vida e que emerge em resposta a esse modo de produção. Esse terceiro tipo, denominado pelo autor como um “sujeito político historicamente novo” apoia-se numa estrutura de ação política em rede (Malerba, 2016, p. 277). Caracterizado pela multiplicidade, esse ser, contudo, não se reduz a uma única identidade ou a uma unidade. Assim como ser anarquista, também rejeita a soberania, a hierarquia e a representatividade. Utilizando a mobilização de afetos como estratégia de ação no campo político, objetiva um projeto *comum* constituído a partir do que se produz e se compartilha. O autor aponta como características essenciais da multidão a procura pela autonomia e a recusa a uma hierarquia centralizada e a figura de um líder ou porta-voz.

Um exemplo do *ser socialista* é aquele do Movimento Estudantil (ME) tanto durante o período da ditadura militar, quanto no período de reabertura no Brasil. Segundo Santana (2007), o ME pode ser dividido em quatro fases nesse episódio da história brasileira. O período do governo de João Goulart (1961-1964) marcado pela inserção desse movimento em campanhas reformistas no final do período populista, denominado de *liberdade*. Após o golpe militar de 1964 iniciaria-se o momento da *resistência*, tanto ao projeto de reforma

educacional quanto à violência policial-militar. Com a promulgação do Ato Institucional de nº 5 (AI-5), entraria o período de *silenciamento*, onde prevaleceu a repressão militar e a tortura aos dissidentes e dissonantes do regime. Esse silenciamento é finalmente rompido com a ascensão de Geisel à presidência e sua proposta de uma reabertura lenta, gradual e segura.

Alguns episódios denotam a força e a forma de atuação do Movimento Estudantil durante esse período de repressão e silenciamento. A promulgação da Lei Suplicy de Lacerda (nº 4.464) tornou ilegal atividades políticas estudantis, demonstrando como a UNE e outras organizações estudantis passaram a ser consideradas uma das maiores forças oposicionistas ao regime militar e obrigando-as a atuar na clandestinidade. Para além disso, o assassinato do estudante Edson Luis no restaurante Calabouço em março de 1968, causou enorme comoção em todo o país, gerando uma série de protestos contra a ditadura, transformando, inclusive, o enterro do estudante em uma passeata política, intensificando os atos estudantis contra o regime o que culminou na decretação do AI-5.

Outro momento marcante dentro da atuação do ME foi o Movimento dos Caras Pintadas que tinha como principal objetivo o *impeachment* de Fernando Collor, o então presidente do Brasil (1992). Liderados pela UNE e UBES, os estudantes foram às ruas, com rostos pintados “para guerra” em resposta ao pedido de Collor de que seus apoiadores vestissem e pendurassem bandeiras e tecidos verde e amarelos nas janelas.

O *ser anarquista* e o *ser multidão*, por sua vez, podem ser entendidos dentro do contexto atual de mobilização urbana da juventude. Maria da Glória Gohn (2015) no livro intitulado *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*, disserta sobre a insurgência de novas formas de mobilização social, menos ligadas a políticas partidárias e mais conectadas com as mídias e às redes sociais. A autora conceitua movimento social como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2015, p. 13), e classifica os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 como “movimentos populares propriamente ditos” que, apesar de heterogêneos, unificavam-se em torno da questão da carência socioeconômica.

Dentre esses movimentos populares o que mais se destacou, e posteriormente evoluiu para outras esferas, foi o da luta por moradia. Mais organizado e com maior centralidade política chegou a alcançar algumas conquistas institucionais como o Estatuto da Cidade. A

autora esclarece que parte desse movimento inovou suas práticas e, seguindo o modelo proposto pelos movimentos populares rurais, implementou as ocupações como táticas. Ocupações não só de áreas distantes e esvaziadas dos centros urbanos (cada vez mais escassas) mas também “ocupando prédios públicos e privados, ociosos ou abandonados, nas áreas centrais das grandes cidades” (Gohn, 2015, p.25).

Gohn (2015) afirma que os movimentos sociais no século XXI sofreram alterações devido ao enfraquecimento dos movimentos de forte base político-partidárias. Tornando suas demandas mais universais e plurais, esses novos movimentos passaram a atuar em rede e a realizar parcerias com outros atores sociais. Caiafa (2016) utiliza essa ideia de “rede” para explicitar a lógica de funcionamento do poder contemporâneo que para se adequar ao novo modelo de acumulação de riquezas (mais financeiro e fragmentado) e para controlar uma população está cada vez mais dispersa fora dos modelos de confinamento. Assim, a autora descreve um poder reticular, mais molecular e disperso, capaz de atingir múltiplos e mais longínquos pontos.

Devido a mudanças na conjuntura política e no próprio exercício do poder, os novos movimentos sociais, apoiados nas redes e mais múltiplos e complexos, passaram a pleitear uma nova concepção de esfera pública, mais ética, seguida por uma completa rejeição pelo andamento da política neoliberal. Essa recusa fez emergir um movimento social que se coloca contra a globalização predominante.

David Harvey (2014), em *Cidades rebeldes* fala sobre movimentos sociais urbanos, no momento em que esses diversos e heterogêneos movimentos se deram conta que a luta pela cidade como um todo envolve também pautas específicas como a LGBTQIAPN+, a gentrificação, pessoas sem-teto, criminalização dos pobres, etc.; assim, as mobilizações contemporâneas assumem alguma dimensão urbana e se reúnem em torno da luta pelo direito à cidade. Direito, este, relacionado a devolver à população algum tipo de poder configurador sobre a formas que as urbes são construídas e reconstruídas.

Esses movimentos urbanos, que surgem ancorados no direito à cidade como fio condutor da mobilização, surgem para tentar romper com o isolamento produzido pelo individualismo neoliberal e fazer a cidade funcionar como um corpo coletivo. Além disso, atuam na denúncia da exclusão e da disparidade social intrínseca ao capitalismo avançado e refletida no desenho urbano que divide a população de acordo com o “lado da pista em que nos encontramos e a que tipo de consumismo temos acesso” (Harvey, 2014, p. 47).

Em 2011, eclode mundial e simultaneamente uma série de movimentos sociais de protesto, com reivindicações peculiares a cada região, mas análogos na forma de luta. Iniciou-se no norte da África, atingindo ditaduras no Egito, Tunísia, Líbia e Iêmen; alastrou-se para Europa com as greves e ocupações na Espanha e Grécia, além das articulações nos subúrbios de Londres; alcança o Chile e Wall Street, nos Estados Unidos; chegando por fim à Rússia no final do mesmo ano.

Apesar das diferentes causas catalisadoras (na África assumiu caráter revolucionário democrático; na América Latina, reivindicações estudantis e nos EUA uma postura de denúncia aos bancos e corporações, etc.); esses movimentos tinham em comum o cenário político com uma crise social, econômica e financeira; se levantavam contra instituições partidárias e sindicais já existentes e utilizavam como forma de ação a ocupação de praças e espaços públicos, o uso das redes sociais de comunicação como ferramenta alternativa de mobilização política e a recusa dos espaços tradicionais de representação política institucional.

O *Occupy Wall Street* (OWS) irrompe contra a figura do que David Harvey (2014) vai chamar de “Partido de Wall Street”. Esse partido, também denominado pelo autor de “partido da liberdade”, seria o capital financeiro que nos EUA concentra-se em Wall Street e domina, por meio do dinheiro e do controle dos meios de comunicação, o Congresso e a política americana. O partido da liberdade, baseia-se na lógica neoliberal do direito à propriedade privada, ao livre mercado e ao comércio, representa 1% dos que controlam a economia e, por conseguinte, a política da nação americana.

Harvey (2014) afirma que, uma vez na direção do aparato estatal, o partido assume a estratégia de privatizar grandes espaços, geralmente por um preço abaixo do mercado, com objetivo de abrir novas possibilidades de acumulação do capital, uma vez que comumente é a partir da construção imobiliária que o capitalismo pode absorver seu excedente. Em resposta ao avanço cada vez mais evidente de Wall Street, o OWS retorna às ruas, ocupando espaços públicos centrais e ao redor dos quais se concentram muitos dos motores do capital financeiro. Essa tática, chamada pelo autor de “poder coletivo dos corpos no espaço público” (Harvey, 2014, p.281), transforma as ruas em lugar político comum, um palco para aulas e discussões abertas sobre as consequências do poder e que armas utilizar para se opor a ele.

Chomsky (2012) destaca dois outros aspectos importantes dessa erupção mundial de movimentos autônomos e auto-organizados, em uma palestra durante o Occupy Boston, em

outubro de 2011, o autor disserta sobre a descrença no sistema de representatividade política e suas consequências. A ausência de lideranças e a necessidade de ação direta, excluindo por vezes a via institucional, são marcas desses novos modelos de mobilização social. O segundo ponto, foi a construção de associações, laços e redes que se espalhariam para uma infinidade de lugares, como o caso do OWS que logo teve derivações em Boston, Nova Iorque, Atlanta entre outras cidades.

No Brasil, em 2013, essa onda de manifestações apartidárias eclode no Brasil, catalisado pelo Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo, alastra-se para outros estados sinalizando um sentimento geral de descontentamento com o sistema político da época e com seu reflexo na disparidade social e econômica. Vladimir Safatle (2012), atribui essa insatisfação geral ao desencanto, que ele sinaliza como o afeto central do político e o catalisador de toda crítica. Safatle (2012) afirma que é a angústia do desencanto que une e justifica esse fenômeno social e político mundialmente, isto porque, seria justamente esse afeto que sinalizaria que há algo errado com a sociedade. Para ele, todo verdadeiro movimento começa com a frase “não acreditamos mais”, seja em promessas de melhoria social ou na democracia representativa como um todo.

Gohn (2014) no mesmo sentido, aponta que, com a junção de multidões aos atos de 2013, as reivindicações se ampliaram e o alvo passou a ser “contra tudo” e, principalmente, contra a violência policial. Da mesma forma que rejeitam lideranças verticalizadas e centralizadoras, esses jovens também não possuem apenas uma ideologia ou utopia. O que os impulsiona é “um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura ético-política de dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas de poder estatal” (Gohn, 2014, p. 432).

Após a dura repressão da Polícia Militar aos protestos organizados pelo MPL, reivindicando o passe livre, um sentimento de desencanto geral dominou o país fazendo emergir em várias cidades brasileiras uma série de movimentações urbanas que iam das redes às ruas e se organizavam em torno das mais diversas pautas (como o fim da corrupção, boicote à Copa do Mundo de 2014, melhoria do sistema público de saúde, etc.). Apenas dois anos depois do episódio denominado “Jornadas de Junho” ou simplesmente “Junho de 2013”, os autores Breno Bringel e Geoffrey Pleyers (2015), fazem uma análise sobre uma nova “geopolítica da indignação global”. Segundo eles, as mobilizações massivas que ocorreram em junho de 2013 engendraram novos atores e novos espaços; como consequência houve um

aumento da conflitualidade no espaço público, desestabilizando antigos lugares de referência no cenário político.

O apartidarismo e o antipartidarismo (negação e rejeição completas a esse modelo de representação) apresentados durante esse período, a ausência de lideranças, além do uso de *hashtags* e das redes sociais para convocação às ruas foram as principais características desse fenômeno brasileiro. Ermínia Maricato (2013) vê esse período como a confluência de dois fatores interligados: o problema da mobilidade e da urbanização desigual. A autora disserta sobre a combinação da cidade informal (aquela das moradias ilegais ou invadidas; da urbanização dos baixos salários; do alto desemprego; da ausência de investimentos na reforma urbana e no transporte) com a cidade formal – “simulacro de algumas imagens-retalhos do ‘Primeiro Mundo’” (Maricato, 2013, p.21) –, acrescida dos megaeventos, causaram a erupção das Jornadas de Junho.

O próprio MPL, em uma coletânea de textos sobre os movimentos que tomaram as ruas em 2013, explicita que a questão da mobilidade é compreendida como uma questão transversal à pauta urbana, faz-se necessário, portanto, a aliança com outras causas e coletivos. O movimento coloca:

Se a retomada do espaço urbano aparece como *objetivo* dos protestos contra a tarifa, também se realiza como *método*, na prática dos manifestantes, que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e usos. A cidade é usada como arma para sua própria retomada (Movimento Passe Livre, 2013, p. 16, grifo nosso)

No contexto atual, por sua vez, há a prevalência dos chamados coletivos enquanto organizações coletivistas de indivíduos que podem ser tanto artísticas quanto políticas. Catalisado principalmente pela pandemia da COVID-19 e inseridos em um contexto urbano, o movimento de organização dos coletivos possuem uma pluralidade temática, concentrado geralmente nos pressupostos da sociedade civil, da convivência e do exercício pleno da cidadania. Também são marcados por uma certa desconexão com políticas partidárias, não possuem uma estrutura organizacional rígida e “uma orquestrada coesão entre os seus membros, capaz de torná-los um grupo com lastros mais comunitários que associativistas” (Paiva e Martins, 2023, p. 42).

4. Cidadania e movimentos sociais

Dagnino (1994) disserta sobre o surgimento de uma nova cidadania emergida nos anos 1990 em contraposição a uma cidadania liberal. A autora discute a cidadania enquanto estratégia política, intrinsecamente conectada à experiência dos movimentos sociais e que se propõe a construção democrática e transformação social, afirmando, nesse processo, um nexo constitutivo entre cultura e política. Na organização desses movimentos sociais - com diferentes agendas e reivindicações - a luta por direitos, tanto à igualdade quanto à diferença, constituiria a base fundamental para o início dessa nova noção de cidadania.

Segundo Dagnino (1994), ainda, a cidadania, colocada nesse lugar de estratégia política, significa enfatizar seu caráter de construção histórica, definida, por sua vez, por interesses e práticas concretas de luta. Denota, então, que não há apenas um significado e conteúdos universais, mas sim que a cidadania responde à dinâmica e aos conflitos reais, experienciados por uma sociedade em determinado momento histórico.

Cicilia Peruzzo (2009) disserta sobre o *status* da cidadania e sua característica de ser histórica. A cidadania, segundo a autora, tenderia a avançar em direção a ampliação e aperfeiçoamento dos direitos, mas ela depende do grau de organização e da força mobilizadora da sociedade civil. Isto porque, nenhum poder - seja ele estatal, legislativo ou do capital - concede avanços por livre e espontânea vontade, a não ser que haja uma “demonstração inequívoca de sua capacidade de articulação, consciência e resistência política” (Peruzzo, 2009, p. 34). É precisamente nesse aspecto que os movimentos sociais emergem, se articulam e se ressignificam.

Peruzzo (2009) associa a construção da cidadania a o processo de tomada e uso da comunicação e seus meios. Articulando cidadania e comunicação, a autora afirma que a primeira seria constituída por dois princípios fundamentais: igualdade e liberdade. Sendo a igualdade de acesso aos meios de comunicação e a liberdade do uso desses meios de acordo com a necessidade dos grupos humanos.

Sodré e Paiva (2019) apontam que a palavra “cidadania” está etimologicamente ligada à “cidade”, fazendo-se necessário uma apropriação extensa do espaço urbano pela sua população com propósito de torná-lo, de fato, acolhedor e habitável. Para que isso seja possível, é preciso entender a cidadania, como a “apropriação coletiva dos bens e dos valores criados no quadro da ‘historicidade’ democrática, isto é, das conquistas ativamente obtidas pela movimentação soberana de um determinado grupo humano” (Sodré e Paiva, 2019, p. 2).

Dessa forma, os autores propõem que habitar pressupõe se apropriar política e afetivamente da cidade, opondo “cidade aberta” - aquela das associações comunitárias e coletivistas - à “cidade fechada”. A cidade fechada, então, seria aquela onde as transformações sociais são impulsionadas pela política neoliberal e conservadora, o que irá configurar o que Sodré e Paiva (2019) denominam de sociedade incivil. A sociedade incivil, segundo os autores, seria uma “deterioração econômica, política e publicística das agendas estipuladas pelo neoliberalismo clássico” (Sodré e Paiva, 2019, p. 3). Ao indivíduo-cidadão são atribuídas todas as responsabilidades sociais, tornando-o “um instrumento de si mesmo” (Sodré e Paiva, 2019, p. 3).

Ademais, a cidadania afirmada como condição ou direito universal é abstrata frente às transformações da vida social, por isso, é necessário transmutá-la em direito positivo (político e civil) através das lutas sociais. Assim, o conceito de cidadania pode se expandir por meio da luta pela apropriação social dos bens coletivos. Esses autores contrapõem uma cidadania presente no seio das lutas sociais à uma cidadania consumidora, fruto do “bios midiático”, onde “socializar-se não seria politizar-se, mas consumir” (Sodré e Paiva, 2019, p. 6).

Por fim, eles afirmam que é preciso resgatar o entrecruzamento originário entre cidadania e cidade, por meio, talvez de uma mobilidade ativa e inclusiva, com propósito de compreender a ação de grupos e coletivos que procuram se reafirmar e validar seu direito dentro da cidade. Nesse sentido, as reflexões de David Harvey (2014) sobre direito à cidade parecem profícuas. Harvey (2014) coloca a chave da virada de uma luta específica por pautas próprias para uma luta por direitos urbanos na emergência de uma compreensão plural do direito à cidade. Isto porque, a luta pela cidade envolveria todas essas lutas.

Fazendo eco às reflexões propostas por Paiva e Sodré (2019), Harvey (2014, p. 47) aventa que as falhas do sistema capitalista ficam evidentes e inscritas no desenho das cidades, que se transformam “em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos sobre vigilância constante”. As cidades dividem a população de acordo com onde habitam e suas condições materiais de consumo. A cidade fechada, então, fruto desse urbanismo desenfreado e predador seria a composta por esses condomínios de luxo, seus altos muros e sua exclusão. Enquanto a cidade aberta, proposta por Sennett (2018) como possibilidade à convivência da diversidade, seria o lugar do estranho, do curioso, do possível.

Uma cidade aberta deveria trabalhar suas complexidades, fazendo, uma experiência molecular complexa. O papel do planejador e do arquiteto deveria ser ao mesmo

tempo encorajar a complexidade e criar interatividade, a *ville* sinérgica seria maior do que a soma de suas partes (Sennett, 2018, p. 8 e 9).

Richard Sennett (2018), então, propõe uma divisão entre o ambiente construído e a forma como as pessoas habitam nele. Para isso, ele utilizou duas palavras francesas *ville* e *cit  *, a primeira representando determinado lugar e seus aspectos materiais e a segunda “o modo de vida de um bairro, os sentimentos de cada um em rela   o aos vizinhos e aos estranhos, e sua vincula   o com o lugar” (Sennett, 2018, p. 11). Sennett (2018) explicita que para al   m de se referir   antropologia da *cit  *, essa palavra tamb   m expressa um tipo de consci   ncia que pode referir-se a forma como se quer viver coletivamente, indicando a aproxima   o entre a *cit  * e *citoyennet  *, a cidadania. Enquanto a ideia de *ville* quer dizer muito mais do que apenas o ambiente constr   ido ou um reflexo da economia e da pol   tica, ela expressa que as formas materiais de uma urbe s  o tamb   m resultado de uma vontade.

Isto posto, uma *ville* aberta   assinalada por cinco formas que a tornam complexa: o espa  o p  blico atuando de forma sincr  nica; o privil  gio da fronteira (porosa) em detrimento da divisa (fechada); o demarcar pontos da cidade de maneira modesta para chamar aten    o a determinados lugares; o uso de formas-tipo para constru   o de vers  es urbanas variadas; e por    ltimo, o exerc  cio do planejamento de sementeira, no qual o pr  prio plano de onde situar, por exemplo, escolas, lojas, parques etc., avan  a independente da urbe, gerando uma intrincada imagem do todo urbano. Dessa forma, uma “*ville* aberta evitar   os pecados da repeti   o e da forma est  tica; vai criar condi    es materiais para o aprofundamento e solidifica   o da experi   ncia da vida coletiva” (Sennett, 2018, p. 272).

5. Considera   es finais

Completado um quarto do s  culo XXI, o questionamento se consolida em torno da pergunta sobre como os jovens brasileiros t  m se mobilizado para exercer plenamente sua cidadania? Estruturados principalmente atrav  s das redes sociot  cnicas que comp   em o contexto atual marcado pela densifica   o tecnol  gica e virtual, os jovens operam sob novas l  gicas pol  ticas, recusando-se a se submeterem a hierarquias centralizadas e a fazerem parte de grupos dirigidos por hierarquias anacr  nicas. O desencanto e a recusa dos v  nculos com as antigas estruturas pol  ticas d  o vaz  o a uma autonomia que pode se concretizar atrav  s das

ações diretas como das Jornadas de 2013. São marcas dessa transformação, mobilizada principalmente pelos jovens, o apartidarismo e mesmo o antipartidarismo.

É sob esse cenário político-cultural que o Projeto REACT vai ser desenvolvido. Lidar com as diferentes realidades políticas, sociais, culturais, territoriais e tecnológicas dos jovens distribuídos por vinte países do Sul Global será uma oportunidade especial para entender como a juventude tem construído novos espaços de exercício político e como vislumbram futuros.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad Português**, nov. 2015. p. 4-17.

BRITTO, V. Um em cada cinco brasileiros com 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupado em 2022. **Agência de Notícias – IBGE**, Rio de Janeiro, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022>. Acesso em: 20 fev. 2026.

CAIAFA, Janice. Notas sobre a cidade-espetáculo. In: VENERA, José Isaiás *et al.* (Org.). **Comunicação na Sociedade do Espectáculo**. São Paulo: INTERCOM, 2016.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Balanco do Plano Nacional de Educação 2023**. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2023. Disponível em: <https://campanha.org.br/acervo/balanco-do-pne-plano-nacional-de-educacao-2023/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CERCA de 90% das metas do Plano Nacional de Educação não devem ser cumpridas no prazo, aponta balanço do PNE 2023. 30 jun. 2023. **Campanha Nacional pelo Direito à Educação**. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2023/06/20/plano-nacional-de-educacao-tem-90-das-metas-nao-cumpridas-aponta-balanco-do-pne-2023/>. Acesso em: 16 fev. 2026.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Org.). **Atlas da Violência 2025**. Brasília: IPEA; São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2026.

CHOMSKY, Noam. **Occupy**: reflections on class war, rebellion and solidarity. Brooklyn: Zuccotti Park Press, 2012.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In.: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90 – política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 103-115.

GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, maio/ago. 2014.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Trabalho por meio de plataformas digitais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/59722d4ac24bd853f52f54f12b9514f7.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua: Educação 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102180_informativo.pdf. Acesso em: 11 fev. 2026.

LEANDRO, Bianca Borges da Silva; SILVA SOBRINHO, André Luiz da; PRAÇA, Heitor Levy Ferreira; LOPES, Reinaldo de Araujo Dantas; FERRARETO, Luciane Cristina (Org.). **Informe 1: Violências e acidentes**, n. 01/2025. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2025. Disponível em: https://fiocruz.br/sites/fiocruz.br/files/documentos_2/Informe%20sobre%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20sa%C3%BAde%20da%20juventude%20brasileira%20-%20N1%20-%20Viol%C3%Aancias%20e%20Acidentes%20-%20AJF%20EPSJV%202025.pdf. Acesso em: 1 fev. 2026.

MALERBA, João Paulo. **Rádios comunitárias no limite: crise na política e disputa pelo comum na era da convergência**. 2016. 723 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Carta Maior, 2013. p. 19-26.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dicionário de Indicadores Educacionais: Fórmulas de Cálculo**. Brasília: Coordenação-Geral de Sistemas Integrados de Informações Educacionais, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/dicionario_de_indicadores_educacionais_formulas_de_calculo.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.

PAIVA, Raquel; MARTINS, Gizele. Frente Maré: a força dos novos coletivos no contexto da sociedade incivil e da COVID-19. **Revista Media & Jornalismo**, v. 23, n. 42, p. 39-52, 2023.

PERUZZO, Cicilia. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*, v. 11, n. 1, p. 33-43, jan./abril, 2009.

QUEM são as juventudes no Brasil? Atlas das juventudes [online]. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/jovens-populacao-e-percepcoes/quem-sao-as-juventudes-do-brasil/#>. Acesso em 21 de fev. de 2026.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, David *et al.* **Ocuppy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 45-56.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. 2007. 249 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SILVA JUNIOR, Paulo Roberto da; MAYORGA, Claudia. Jovens nem nem brasileiros/as: entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 10-23, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2318-92822019000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 fev. 2026.

SILVA, Ana Beatriz Pinheiro *et al.* **Pesquisa juventudes no Brasil 2021**. São Paulo: Fundação SM, 2021. Disponível em: <https://oji.fundacion-sm.org/pt-br/nossos-estudos/pesquisa-juventudes-no-brasil-2021/>. Acesso em 21 de fev. de 2026.

SODRÉ, Muniz. PAIVA, Raquel. Comunitarismo e sociedade incivil. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, v. 26, n. 1, jan-abril 2019.